

Concessionária BR 040 S.A.- Via 040

*Demonstrações Financeiras Referentes o
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040
Nova Lima - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária BR-040 S.A. – VIA040 (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR-040 S.A. – VIA 040 em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa no 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$824.874 mil, causados, principalmente, pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$771.062 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.044	611
Aplicações financeiras	4	8.748	277.228
Créditos a receber	5	28.022	-
Estoques		2.629	1.182
Impostos a recuperar	6.a	2.919	5.499
Adiantamentos diversos		3.022	511
Despesas antecipadas		1.297	1.328
Partes relacionadas	7	6	-
Total do ativo circulante		<u>49.687</u>	<u>286.359</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	9.279	11.025
Depósitos judiciais		1.312	-
Imobilizado	8	34.203	28.114
Intangível	9	1.122.533	533.573
Outros		829	-
Total do ativo não circulante		<u>1.168.156</u>	<u>572.712</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.217.843</u></u>	<u><u>859.071</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	63.151	35.066
Empréstimos e financiamentos	12	771.062	1.290
Salários e encargos sociais a recolher	11	10.116	4.805
Impostos e contribuições a recolher	6.c	8.161	2.936
Adiantamentos de clientes		338	-
Partes relacionadas	7	15.621	873
Provisão para manutenção	21	320	-
Provisão ambiental	22	250	-
Outras contas a pagar		5.542	-
Total do passivo circulante		<u>874.561</u>	<u>44.970</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.638	-
Empréstimos e financiamentos	12	9.721	520.605
Provisão para riscos	13	1.672	-
Provisão ambiental	22	4.312	-
Total do passivo não circulante		<u>22.343</u>	<u>520.605</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	395.000	315.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.500	-
Prejuízos acumulados		(76.561)	(21.504)
Total do patrimônio líquido		<u>320.939</u>	<u>293.496</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.217.843</u></u>	<u><u>859.071</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto valores por lote de mil ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita operacional líquida	15	134.631	-
Receita de construção	15	536.386	512.431
Custo dos serviços prestados	15	(42.703)	-
Custo de construção	15	(531.076)	(507.357)
LUCRO BRUTO		<u>97.238</u>	<u>5.074</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(44.109)	(25.642)
Outras despesas, líquidas	15	(88.170)	(28.851)
		<u>(132.279)</u>	<u>(54.493)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	16	3.194	17.386
Despesas financeiras	16	(21.463)	(496)
		<u>(18.269)</u>	<u>16.890</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(53.311)	(32.529)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	6.b	(1.746)	11.025
		<u>(1.746)</u>	<u>11.025</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(55.057)</u>	<u>(21.504)</u>
Prejuízo, básico e diluído, por lote de mil ações	17	<u>(0,145)</u>	<u>(0,069)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(55.057)</u>	<u>(21.504)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(55.057)</u></u>	<u><u>(21.504)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A. - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar			
14	395.000	(395.000)	-	-	-
14	-	315.000	-	-	315.000
	-	-	-	(21.504)	(21.504)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	395.000	(80.000)	-	(21.504)	293.496
Integralização de capital em 06 de março de 2015	-	80.000	-	-	80.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.500	-	2.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(55.057)	(55.057)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	395.000	-	2.500	(76.561)	320.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(53.311)	(32.529)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	8 e 9	16.123	1.224
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	1.021	-
Margem de construção		(5.310)	(5.074)
Juros de aplicação financeira		(2.602)	-
Variações monetárias e encargos, líquidos		18.387	(496)
Provisão de manutenção	21	320	-
Provisão para riscos	13	1.672	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(28.022)	-
Estoques		(1.447)	(1.182)
Impostos a recuperar	6.a	6.042	(5.499)
Depósito judicial		(1.312)	-
Adiantamentos		(2.511)	(511)
Despesas antecipadas		31	(1.328)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	5.717	2.839
Salários e encargos sociais a recolher	11	5.311	4.805
Impostos e contribuições a recolher		5.225	2.936
Adiantamentos de clientes		338	-
Partes relacionadas	7	14.742	873
Outras obrigações e contas a pagar		4.463	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(15.123)</u>	<u>(33.942)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	4	268.480	(271.150)
Aquisição de imobilizado	8	(12.698)	(7.895)
Aquisição de intangível	9	(510.449)	(513.402)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(254.667)</u>	<u>(792.447)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	14	80.000	315.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.500	-
Captação de empréstimos e financiamentos	12	205.217	512.000
Custo de captação		(13.741)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(1.039)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(714)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>272.223</u>	<u>827.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.433</u>	<u>611</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	611	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>3.044</u>	<u>611</u>
AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.433</u>	<u>611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR 040 S.A - VIA 040

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		742.095	514.397
Receita operacional	15	147.217	-
Receita de construção	15	594.878	514.397
Insumos adquiridos de terceiros		(634.143)	(539.407)
Custos de construção	15	(531.076)	(507.357)
Materiais, serviço de terceiros e outros	15	(103.067)	(32.050)
Valor adicionado bruto		<u>107.952</u>	<u>(25.010)</u>
Retenções		(16.123)	(1.224)
Depreciação e amortização	8 e 9	<u>(16.123)</u>	<u>(1.224)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>91.829</u>	<u>(26.234)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		13.126	23.464
Receitas financeiras	16	<u>13.126</u>	<u>23.464</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>104.955</u>	<u>(2.770)</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>104.955</u>	<u>(2.770)</u>
Pessoal e encargos		43.737	14.859
Remuneração direta		32.719	10.383
Benefícios		6.815	3.967
FGTS		1.844	499
Outros		2.359	10
Impostos, taxas e contribuições		21.012	(8.945)
Federais		14.379	(8.945)
Municipais		6.633	-
Remuneração de capital de terceiros		95.263	12.820
Juros		53.703	8.295
Aluguéis		5.226	4.375
Outras		36.334	150
Remuneração de capital próprio		<u>(55.057)</u>	<u>(21.504)</u>
Prejuízo do período		<u>(55.057)</u>	<u>(21.504)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA BR-040 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), fundada em 31 de janeiro de 2014, localizada a Rua Niágara, 350, Nova Lima, MG - Brasil, foi constituída sob forma de Sociedade por ações de propósito específico de capital fechado e tem como objeto social específico e exclusivo operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) o sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040/DF/GO/MG.

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT. O prazo de duração da Companhia é determinado e correspondente ao tempo necessário para cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

O trecho rodoviário sob concessão da VIA 040 tem início em Brasília, Distrito Federal e fim em Juiz de Fora, Minas Gerais, com extensão de 936,8 km, passando por 35 municípios ao longo de sua extensão abrangendo o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais.

A VIA 040 é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“INVEPAR”).

Em 30 de julho de 2015, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio conforme autorização concedida pela ANTT para as praças de pedágio 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12. Em 23 de agosto de 2015, a Companhia deu início a cobrança de pedágio nas praças 09 e 10, também conforme autorizado pela ANTT.

Em 31 de dezembro de 2015, a VIA 040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$824.874 (capital circulante líquido positivo de R\$241.389 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da VIA 040 e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 30 de março de 2016 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2 Adoção das IFRS novas e revisadas

2.2.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2015 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras. A Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores reportados.

2.2.2 A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, sendo os detalhes apresentados conforme abaixo:

Alteração IAS 12	Imposto de Renda
Alteração IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes ²
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil ³
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto ¹
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação ¹
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis ¹
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29	Agricultura: Plantas portadoras ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação ¹
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016, com adoção antecipada permitida.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018, com adoção antecipada permitida.

³ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2019, com adoção antecipada permitida.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir

requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em Novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *Hedge*. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

Requerimentos chave da IFRS 9:

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Instrumentos de dívida mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais que estabelece datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes”.

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 9, as entidades podem optar, de forma irrevogável, por apresentar as alterações subsequentes ao valor justo de um investimento patrimonial (não mantido para negociação) em outros resultados abrangentes, sendo somente a receita de dividendos reconhecida no resultado.

Com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o IFRS 9 requer que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em “outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de *Hedge* mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38. A IFRS 9 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de *hedge*,

especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi descontinuado e substituído pelo princípio da “relação econômica”. Avaliação retrospectiva da efetividade também não é mais requerida. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da Companhia.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

Em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Passo 3: Determinar o preço da transação.
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Um guia muito mais detalhado é fornecido pela IFRS 15 para atender a cenários específicos. A IFRS 15 vai requerer um maior detalhamento nas divulgações.

- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 12 / CPC 32 Tributos sobre o lucro e o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o *goodwill* originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios.

Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

As alterações devem ser aplicadas prospectivamente a aquisições de participações em operações conjuntas (nas quais as atividades das operações conjuntas constituam negócios, conforme definição dada pela IFRS 3) ocorridas a partir dos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IFRS 11 poderá impactar as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, caso essas transações ocorram.

- Alterações à IAS 1/CPC 26 - Iniciativa de Divulgação

As alterações à IAS 1/CPC26 oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. As alterações à IAS 1/CPC26 são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IAS 1/CPC26 terá um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IAS 16 / CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível. Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita; ou
- Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

As alterações se aplicam prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Atualmente, a Companhia usa o método linear de depreciação e amortização para os seus ativos imobilizado e intangível respectivamente. A administração da Companhia acredita que o método linear é o mais apropriado para refletir o consumo de benefícios econômicos inerentes aos respectivos ativos e dessa forma, a administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) não terá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29 - Agricultura: Plantas Portadoras

As alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29 trazem a definição de plantas portadoras e requerem que ativos biológicos que atendem à definição de plantas portadoras sejam contabilizados como ativo imobilizado de acordo com a IAS 16/CPC 27, ao invés da IAS 41/CPC 29. O ativo em crescimento na planta portadora continua a ser contabilizado de acordo com a IAS 41/CPC 29.

A administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29 não terá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não possui atividades agrícolas.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*

As alterações à IFRS 10 e à IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, ganhos e perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* que seja contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” nessa coligada ou *joint venture*.

Da mesma forma, ganhos e perdas resultantes da reavaliação de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do “investidor empresa não-relacionada” na nova coligada ou *joint venture*.

As alterações devem ser aplicadas prospectivamente às transações ocorridas em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 não terá impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação

As alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10. As alterações esclarecem ainda que a exigência para que uma entidade de investimento consolide uma controlada que preste serviços relacionados às atividades de investimento da primeira seja aplicável apenas a controladas que não sejam entidades de investimento.

A administração da Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 terá um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui uma *holding*, controlada, coligada ou *joint venture* que se qualifique como entidade de investimento.

- As melhorias anuais às IFRSs Ciclo 2012-2014 incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, que estão resumidas a seguir.

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas na IFRS 5 com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa). As alterações esclarecem que essa mudança deve ser considerada como uma continuidade do plano original de alienação e, portanto, as exigências previstas na IFRS 5 com relação à alteração do plano de venda não são aplicáveis. As alterações esclarecem ainda a orientação com relação à descontinuidade da contabilização “mantido para distribuição”.

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constituiu envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

As alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade. A avaliação da profundidade de um mercado para títulos corporativos de alta qualidade deve ser ao nível da moeda (isto é, a mesma moeda na qual os benefícios serão pagos). Para moedas para as quais não haja mercado de alta liquidez para esses títulos corporativos de alta qualidade, deve-se tomar por base os rendimentos de mercado sobre títulos governamentais denominados naquela moeda no final do período de reporte.

A Administração da Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações tenha um efeito relevante.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

- IFRS 16 *Leases* - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - *Leases* e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- Alteração do IAS 12 - Impostos sobre a Renda - A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Iniciativa de Divulgação (alterações do IAS 7 - demonstração dos fluxos de caixa) - A alteração vem com o objetivo de que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento.

2.3 Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

2.5 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção.

2.7 Créditos a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente

baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11 Intangível

- Contrato de concessão de serviços - Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

2.12 Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas financeiras	Receitas acessórias
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não

dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa do imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15 Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão.

2.18 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;

- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de patrimônio disponíveis para venda que não são cotados em um mercado ativo e cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável e os derivativos relacionados a, e que devem ser liquidados mediante entrega de, tal instrumento de patrimônio não cotado são mensurados ao custo e deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou

(b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do grupo com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do grupo, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.19 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.20 Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

2.22 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	1.473	1
Bancos	<u>1.571</u>	<u>610</u>
	<u>3.044</u>	<u>611</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	94,00%	CDI	dez-16	-	495
	75,00%	CDI	jan-16		
Compromissada com lastro em debêntures (b)	99,00%			8.748	226.253
		CDI / IPCA			
Fundo de investimento CAIXA Mover (c)	100,69%	/ SELIC		-	50.480
Letras financeiras do tesouro				-	1.980
Certificado de depósito bancário - CDB				-	7.056
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	472
Debêntures				-	<u>40.972</u>
Total - Aplicações financeiras				<u>8.748</u>	<u>277.228</u>

- (a) As aplicações em CDB's são remunerados pela taxa de 94,00% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (b) As aplicações compromissadas são classificadas como empréstimos e recebíveis remunerados pela taxa de 99,00% e 75,00% do CDI e as mesmas possuem liquidez diária, podendo os valores serem resgatados a qualquer momento, sem alteração significativa de valor.
- (c) Fundo de Investimento CAIXA Mover ("Fundo") - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, a INVEPAR, o METROBARRA S.A. ("METROBARRA"), a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), a Linha Amarela S.A. ("LAMSA") e a Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"). A Companhia participou do Fundo até 05 de agosto de 2015, data em que houve o resgate total do saldo aplicado.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	9.283
CIELO - Vale pedágio	1.004
Outros	7.394

Ocupação da faixa de domínio (**)	<u>10.341</u>
	<u>28.022</u>

(*) O saldo da rubrica “contas a receber” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 33 dias.

(**) Os saldos apresentados são referentes a prestação de serviços não operacionais a receber dos respectivos clientes. Para dar início a cobrança, foi necessário aguardar a autorização da ANTT.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.916	4.004
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	-	1.485
Outros	<u>3</u>	<u>10</u>
	<u>2.919</u>	<u>5.499</u>

b) Imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	13.816	13.816
Diferenças temporárias	<u>1.881</u>	<u>1.881</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>15.697</u>	<u>15.697</u>
Margem de construção (*)	(1.665)	(1.725)
Custo de captação	(2.947)	(2.947)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	<u>(1.806)</u>	<u>-</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(6.418)</u>	<u>(4.672)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>9.279</u>	<u>11.025</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$5, pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(53.311)	(32.529)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>18.126</u>	<u>11.060</u>
Adições permanentes	(889)	(35)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(18.984)</u>	<u>-</u>
Total dos impostos no resultado	<u>(1.747)</u>	<u>11.025</u>

IR e CSLL diferidos (1.747) 11.025

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo que estão registrados é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No exercício de 2015, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2014 e decidiu não registrar os prejuízos do período atual. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$18.984.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2015</u>
2016	5.838
2017	2.072
2025	<u>7.786</u>
	<u>15.697</u>

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária adotou a Lei nº 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

c) Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pis e Cofins	2.996	-
Imposto sobre serviço a recolher - ISS	2.944	1.057
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	1.929	1.148
INSS sobre terceiros	<u>292</u>	<u>731</u>

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação com a Companhia	Ativo circulante	Passivo circulante	31/12/2015	
					(Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	6	(15.621)	(19.306)	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	(1)	(1)	-
CART	Serviços compartilhados (*)	Coligada	-	-	(7)	-
			<u>6</u>	<u>(15.622)</u>	<u>(19.314)</u>	<u>-</u>
OAS	Contrato de empreitada (**)	Participante indireto	-	-	-	(302.472)

Parte relacionada	Transação	a Companhia	31/12/2014		
			Passivo circulante	(Despesas)	(Custo de construção)
INVEPAR	Serviços compartilhados (*)	Controladora	65	(3.676)	-
LAMSA	Serviços compartilhados (*)	Ligada	90	(132)	-
METRORIO	Serviços compartilhados (*)	Ligada	718	(718)	-
			<u>873</u>	<u>(4526)</u>	<u>=</u>
OAS	Contrato de empreitada (**)	Participante indireto	6.283	-	(402.328)

(*) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do Grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(**) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo circulante.

Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço específico. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, o qual é fiscalizado pela ANTT.

Concessionária BR-040 S.A.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, contados a partir da assinatura do contrato, é o de empreitada e o preço total acordado entre as partes foi de R\$3.713.000, devendo os pagamentos, serem realizados mensalmente, sendo o preço global baseado nas medições que demonstrarão o andamento do executado neste contrato e, para o preço específico, as medições terão como base as unidades de serviços efetivamente medidas em campo.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses, com base em fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato.

Em 25 de março de 2015, as partes celebraram termo aditivo ao contrato firmado, que alterou a periodicidade de medições de pagamento do regime mensal para o semanal até que os requisitos necessários para o início da arrecadação sejam atingidos.

Em 27 de março de 2015, as partes celebraram o segundo termo aditivo ao contrato, que alterou o preço global do contrato para R\$3.738.338, sendo o preço global R\$3.267.497 e o preço específico R\$470.841.

Em 31 de março de 2015, nove empresas pertencentes ao Grupo econômico da OAS S.A., dentre elas a OAS Infraestrutura S.A. e a Construtora OAS S.A., acionistas integrantes do bloco de controle da INVEPAR, detentoras de 24,44% do capital social, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Justiça do Estado de São Paulo. O requerimento de recuperação judicial não traz nenhum impacto na governança da Companhia, que continuará seguindo seu curso normal de negócios, zelando pelo cumprimento das obrigações contratualmente estabelecidas e pela qualidade da prestação de serviços aos seus usuários. A Companhia desenvolveu cenários de replanejamento do plano de negócios com nova estratégia de continuidade do empreendimento, a partir da estruturação da melhor condição de prazo e fornecedores para execução das atividades previstas no PER.

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Em 31 de dezembro de 2015, o contrato havia sido encerrado. Em 31 de dezembro de 2014 havia R\$3.342.293 de saldo contratual e o valor pago para Construtora OAS S.A. até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$713.409 (R\$396.045 até 31 de dezembro de 2014).

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Via 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Via 040, que emitiram opinião sobre o risco de perda dos valores e o mérito jurídico de ambos. Considerando o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconheceu, em 30 de setembro de 2015, R\$35.431 a título de fornecedores a pagar, em seu passivo circulante, sendo esta a melhor estimativa da sua Administração, sobre o provável valor devido pela Companhia à Construtora OAS S.A. A

Concessionária BR-040 S.A.

Companhia não reconheceu os pleitos que ela impetrou contra a Construtora OAS S.A., também conforme rege o CPC 25, por considerar que os eventos que resultaram no reconhecimento do passivo em 30 de setembro de 2015 terem sua origem no trimestre atual, não houve impactos a serem registrados em períodos anteriores.

Em 16 de outubro de 2015, o distrato contratual com a Construtora OAS S.A. foi formalizado.

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia, de comum acordo com a Construtora OAS S.A., liquidou, parte da obrigação firmada com a mesma, advindas dos pleitos supracitados, com pagamento de R\$34.292. O saldo residual será pago pela Companhia assim que a Construtora OAS S.A. realizar correções nas obras entregues, prevista no acordo entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 29 de abril de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores para 2015 de até R\$4.195.

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta por honorários, encargos, bônus e benefícios, no montante de R\$3.867 em 31 de dezembro de 2015.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pró-labore	2.201	1.655
Encargos	440	398
Bônus	1.188	337
Outros benefícios	<u>38</u>	<u>246</u>
	<u>3.867</u>	<u>2.636</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de <u>depreciação %</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo						
Instalações	10	62	17	-	(23)	56
Máquinas e equipamentos	10	1.719	6.645	-	4.794	13.158
Móveis e utensílios	10	136	2.522	-	-	2.658
Veículos	20	22.830	319	(199)	(4.794)	18.156
Equipamentos de informática	20	3.606	3.476	-	23	7.105
Adiantamento a fornecedores	-	100	9	(100)	-	9
Imobilizado em andamento	-	<u>66</u>	<u>380</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>446</u>
		<u>28.519</u>	<u>13.368</u>	<u>(299)</u>	<u>-</u>	<u>41.588</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(1)	(7)	-	-	(8)
Máquinas e equipamentos		(8)	(641)	-	(1.301)	(1.950)
Móveis e utensílios		(2)	(156)	-	-	(158)
Veículos		(345)	(5.144)	4	1.301	(4.184)
Equipamentos de informática		<u>(49)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.085)</u>
		<u>(405)</u>	<u>(6.984)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(7.385)</u>
Imobilizado líquido		<u>28.114</u>	<u>6.384</u>	<u>(295)</u>	<u>-</u>	<u>34.203</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/01/2014	Adições	31/12/2014
Custo				
Instalações	10	-	62	62
Máquinas e equipamentos	10	-	1.719	1.719
Móveis e utensílios	10	-	136	136
Veículos	20	-	22.830	22.830
Equipamentos de informática	20	-	3.606	3.606
Adiantamento a fornecedores	-	-	100	100
Imobilizado em andamento	-	-	66	66
			<u>28.519</u>	<u>28.519</u>
Depreciação acumulada				
Instalações		-	(1)	(1)
Máquinas e equipamentos		-	(8)	(8)
Móveis e utensílios		-	(2)	(2)
Veículos		-	(345)	(345)
Equipamentos de informática		-	(49)	(49)
			<u>(405)</u>	<u>(405)</u>
Imobilizado líquido			<u>28.114</u>	<u>28.114</u>

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais. Os veículos que foram financiados por intermédio dos contratos de FINAME, no montante de R\$12.026, estão alienados fiduciariamente às instituições financiadoras.

9. INTANGÍVEL

	Prazo de <u>vida</u> útil	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Custo						
Software	5 anos	2.913	1.200	-	-	4.113
Direitos da concessão	(*)	3.637	191.088	-	512.593	707.318
Adiantamento a fornecedores		2.883	5.916	(718)	(3.035)	5.046
Intangível em construção		<u>524.959</u>	<u>400.621</u>	<u>(8)</u>	<u>(509.558)</u>	<u>416.014</u>
		<u>534.392</u>	<u>598.825</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.132.491</u>
Amortização acumulada						
Software		(15)	(627)	-	-	(642)
Direitos da concessão		(804)	(8.512)	-	-	(9.316)
		<u>(819)</u>	<u>(9.139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.958)</u>
Intangível líquido		<u>533.573</u>	<u>589.686</u>	<u>(726)</u>	<u>-</u>	<u>1.122.533</u>

Concessionária BR-040 S.A.

	Prazo de vida útil	31/01/2014	Adições	31/12/2014
Custo				
Software	5 anos	-	2.913	2.913
Direitos da concessão	(*)	-	3.637	3.637
Adiantamento a fornecedores		-	2.883	2.883
Intangível em construção		-	<u>524.959</u>	<u>524.959</u>
			<u>534.392</u>	<u>534.392</u>
Amortização acumulada				
Software		-	(15)	(15)
Direitos da concessão		-	<u>(804)</u>	<u>(804)</u>
			<u>(819)</u>	<u>(819)</u>
Intangível líquido		-	<u>533.573</u>	<u>533.573</u>

(*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de início da operação do ativo.

Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Ativos cedidos em garantia

A companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

10. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Fornecedores nacionais (a)	55.494	31.358
Retenções contratuais	6.723	2.841
Verba de fiscalização (ANTT)	<u>934</u>	<u>867</u>
	<u>63.151</u>	<u>35.066</u>
Não circulante		
Fornecedores nacionais	<u>6.638</u>	-
	<u>69.789</u>	-

(a) A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu Contrato de Concessão e também aqueles relacionados a operação e Administração da Companhia.

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias	3.321	1.028
Gratificações	4.021	2.601
Encargos	1.519	787
Outras obrigações trabalhistas	<u>1.255</u>	<u>389</u>
	<u>10.116</u>	<u>4.805</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Objeto</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
BNDES - Ponte	Reais	TJLP + 2% a.a.	mar/16	775.542	518.287
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	11.015	12.277
Custo de captação				<u>(5.774)</u>	<u>(8.669)</u>
Total				<u>780.783</u>	<u>521.895</u>
Circulante				771.062	1.290
Não circulante				9.721	520.605

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos (*)</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
BNDES - Ponte	-	205.217	-	-	52.038	-	-	518.287	775.542
BNDES - FINAME	1.290	-	(1.039)	(714)	491	-	-	1.266	1.294
Custos a amortizar	-	-	-	-	-	(18.762)	21.657	(8.669)	(5.774)
	<u>1.290</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>510.885</u>	<u>771.062</u>
Passivo não circulante									
BNDES - Ponte	518.287	-	-	-	-	-	-	(518.288)	-
BNDES - FINAME	10.987	-	-	-	-	-	-	(1.266)	9.721
Custos a amortizar	(8.669)	-	-	-	-	-	-	8.669	-
	<u>520.605</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(510.885)</u>	<u>9.721</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>521.895</u>	<u>205.217</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(714)</u>	<u>52.529</u>	<u>(18.762)</u>	<u>21.657</u>	<u>-</u>	<u>780.783</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/01/2014</u>	<u>Captações</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante						
BNDES -FINAME	-	1.039	251	-	-	1.290
	<u>-</u>	<u>1.039</u>	<u>251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.290</u>
Passivo não circulante						
BNDES - Ponte	-	512.000	6.287	-	-	518.287
BNDES - FINAME	-	10.987	-	-	-	10.987
Custos a amortizar	-	-	-	(10.426)	1.757	(8.669)
	<u>-</u>	<u>522.987</u>	<u>6.287</u>	<u>(10.426)</u>	<u>1.757</u>	<u>520.605</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>-</u>	<u>524.026</u>	<u>6.538</u>	<u>(10.426)</u>	<u>1.757</u>	<u>521.895</u>

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e os juros da dívida devem ser pago ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de março de 2016.

As liberações ocorridas, referentes ao subcrédito A, foram as seguintes:

Data	Montante
22 de setembro de 2014	R\$322.000
26 de dezembro de 2014	R\$190.000
22 de maio de 2015	R\$117.000
27 de agosto de 2015	R\$22.814
24 de setembro de 2015	R\$65.403

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

Como condição de liberação dos créditos pelo BNDES, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Banco Bradesco cartas de fianças, conforme detalhado a seguir:

Fiador	Valor total da carta original	%
Itaú	R\$250.000	25,8866
BB	R\$250.000	25,8866
BDMG	R\$215.750	22,3402
Bradesco	R\$250.000	25,8866

As cartas fianças, por sua vez, são garantidas por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, datado de 25 de agosto de 2014, firmado entre a Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., Itaú Unibanco S.A., na qual a Companhia empenha todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes da Concessão, respeitado o disposto no art. 28, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões Públicas”), incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da Concessão e que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão (“Direitos Creditórios Empenhados”). Além disso, nos termos do

Contrato de Prestação de Garantias, a INVEPAR constituiu em favor dos Fiadores penhor sobre a totalidade das ações, presentes ou futuras, de emissão da Companhia e de sua titularidade, representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, por meio de contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças datado de 25 de agosto de 2014, que possui a Itaú Corretora de Valores S.A. como instituição depositária.

O contrato de empréstimo PONTE celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, prevê como hipótese de vencimento cruzado do débito a extinção do Contrato de Concessão. O contrato de prestação de fiança celebrado pela Companhia com Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimentos S.A., para garantia do empréstimo PONTE BNDES, prevê a possibilidade de exigência de substituição e/ou devolução antecipada das cartas de fiança em vigor, caso (i) seja declarado o vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia e/ou da INVEPAR, na qualidade de interveniente-garantidora, com os fiadores e seus controladores e/ou qualquer de suas controladas e coligadas; (ii) constatado o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, na qualidade de afiançada, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$10.000 ou (iii) ocorra o vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da INVEPAR, na qualidade de interveniente garantidora, com terceiros em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.

Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofrerá incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

<u>Modalidade</u>	<u>Número do contrato</u>	<u>Data de liberação</u>	<u>Valor do contrato/ Valor liberado</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/24
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/24
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/24
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/24
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/24
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/24
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/24
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/24
FINAME	40/00983-1	15/12/14	<u>3.635</u>	15/08/24
			<u>12.026</u>	

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativo sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía demandas judiciais com probabilidade de riscos prováveis.

a) Riscos cíveis

As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados.

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

c) Riscos administrativos

Estes processos envolvem penalidades e sanções monetárias impostas à Companhia pelo Poder Concedente devido a falhas no atendimento aos parâmetros de desempenho exigidos no Contrato de Concessão.

Movimentação da provisões para contingências prováveis:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2015</u>
Administrativa	-	1.587	1.587
Trabalhista	-	72	72
Cíveis	=	<u>13</u>	<u>13</u>
Total	=	<u>1.672</u>	<u>1.672</u>

A Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista e administrativa, sobre as quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação. O montante das causas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.537, onde R\$1.129 representam causas de natureza trabalhista e R\$408 representam causas de natureza cível. Como causas de natureza cível com probabilidade de perda possível, há processos questionando a cobrança futura de pedágio.

A Companhia reconheceu provisões de contingências, no montante de R\$1.587 referente a multas impetradas pelo Poder Concedente enquanto discutidas no âmbito administrativo da ANTT, cuja a probabilidade de perda foi julgada como provável.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era composto conforme abaixo:

a) Capital social

	<u>Número de ações</u>	<u>% Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	395.000.000	100	395.000.000

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela INVEPAR a subscrição de 395.000.000 (trezentos e noventa e cinco milhões) de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 21 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$39.500.

Em 24 de fevereiro de 2014, foi realizada a integralização de R\$275.500.

Em 06 de março de 2015, foi realizada a integralização de R\$80.000.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social encontrava-se integralmente integralizado (R\$315.000 em 31 de dezembro 2014)

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
INVEPAR	<u>2.500</u>	-
	<u>2.500</u>	<u>-</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2015.

c) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

15. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das receitas, custos e despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas, custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

a) Receitas por natureza

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita bruta de pedágio	136.867	-
Receita extraordinária	10.350	-
Receita de construção	536.386	512.431
Deduções da receita		
PIS	(1.060)	-
COFINS	(4.893)	-
ISS	<u>(6.633)</u>	<u>-</u>
	<u>671.017</u>	<u>512.431</u>

b) Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal e encargos	(50.418)	(16.936)
Conservação e manutenção	(31.463)	(932)
Comunicação, marketing e publicidade	(728)	(711)
Seguros e garantias	(4.152)	(2.693)
Combustíveis e lubrificantes	(5.742)	(1.867)
Consultoria e assessoria	(4.814)	(5.676)
Taxas e impostos*	(13.899)	(11.814)
Alugueis	(3.888)	-
Serviços de terceiros	(16.994)	-
Provisão para riscos	(1.672)	-
Serviços compartilhados	(6.339)	-
Depreciação e amortização	(16.123)	(1.224)
Custo de construção	(531.076)	(507.357)
Outros	<u>(18.750)</u>	<u>(12.640)</u>
	<u>(706.058)</u>	<u>(561.850)</u>
Custo dos serviços prestados	(42.703)	-
Despesas gerais e administrativas	(44.109)	(25.642)
Outras despesas operacionais	(88.170)	(28.851)
Custo de construção	<u>(531.076)</u>	<u>(507.357)</u>
	<u>(706.058)</u>	<u>(561.850)</u>

* Inclui os custos contratuais da concessão, como verbas de fiscalização e segurança, conforme previsto no Contrato de Concessão no montante de R\$10.964 em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.212 em 31 de dezembro de 2014).

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Descontos obtidos	21	2
Juros sobre aplicações financeiras	2.602	17.384
Variação monetária ativa	468	-
Variação cambial ativa	<u>103</u>	<u>-</u>
Total receitas financeiras	<u>3.194</u>	<u>17.386</u>
Despesas bancárias	(111)	(58)
Comissões	(16.311)	-
Juros sobre financiamentos	(4.975)	(251)
Juros passivos	-	(92)
Variação monetária passiva	(47)	-
Outros	<u>-</u>	<u>(95)</u>
Total despesas financeiras	<u>(21.444)</u>	<u>(496)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(18.250)</u>	<u>16.890</u>

No exercício de 2015, a Companhia incorreu em R\$74.186 de despesas de juros do empréstimo e custo de captação (R\$8.295 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$10.946 compensados com a Receita Financeira oriunda do mesmo (R\$6.078 em 31 de dezembro de 2014). O montante de R\$57.098 foi capitalizado no intangível (R\$1.966 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu R\$13.991 como Comissões referentes a aval com partes relacionadas – INVEPAR.

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantém disponíveis durante o período.

A Companhia não possui instrumentos diluidores no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído, assim como em 31 de dezembro de 2014.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Numerador básico		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(55.057)	(21.504)
Denominador básico		
Média ponderada por lote de mil ações	<u>380.753</u>	<u>312.359</u>
Prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações - R\$	<u>(0,145)</u>	<u>(0,069)</u>

18. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerados suficientes por sua Administração para cobrir os riscos envolvidos.

<u>Modalidade (*)</u>	<u>Limite máximo de indenização (*)</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia ao Poder Concedente (a)	425.000	20/03/15 a 20/03/16	Banco Fator 100%
Responsabilidade civil geral (b)	50.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Riscos operacionais (c)	40.000	19/03/15 a 19/03/16	Tóquio Marine
Edificações (Escritório Cristalina)	500	20/08/15 a 20/08/16	Allianz
Edificações (Escritório Sede)	2.635	17/10/15 a 17/10/16	Tokio Marine
Veículos	500.000	18/09/15 a 18/09/16	Liberty
D&O	100.000	21/09/15 a 21/09/16	XL Seguros

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no PER (NE19).

(b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão.

(c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da Concessão.

(*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas dos seguros contratados pela Administração da Companhia.

19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

A Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da Garantia de Execução do Contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da Tarifa Básica de Pedágio

Estão previstas no Contrato de Concessão as obrigações abaixo descritas:

Verba de fiscalização	10.410
Verba de segurança no trânsito	1.334
Recursos para desenvolvimento tecnológico	1.844

A Companhia assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) especifica as condições para execução do contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da Concessionária BR 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da Concessionária BR 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

Frente 1	Frente 2	Frente 3	Frente 4
Recuperação e manutenção	Ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço	Conservação	Serviços operacionais: implantação e operacionalização das seguintes infraestruturas e serviços
Pavimento	Obras de ampliação de capacidade e melhorias	Pavimento	Centro de controle operacional
Sinalização e elementos de proteção e segurança	Obras em trechos urbanos	Elementos de proteção e segurança	Equipamentos e veículos da administração
Obras de arte especiais	Obras de manutenção de nível de serviço	Obras de arte especiais	Sistemas de controle de tráfego
Terraplenos e estruturas de contenção	Obras emergenciais	Sistema de drenagem e obras de arte correntes	Sistemas de atendimento ao usuário
Canteiro central e faixa de domínio		Terraplenos e estruturas de contenção	Sistemas de pedágio e controle de arrecadação
Implantação e recuperação das edificações e instalações operacionais		Canteiro central e faixa de domínio	Sistema de comunicação
Sistemas elétricos e de iluminação		Edificações e instalações operacionais	Sistema de paisagem
		Sistemas elétricos e de iluminação	Sistema de guarda e vigilância patrimonial
			Reforma dos postos da polícia rodoviária federal

O PER prevê um prazo de 5 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, para que estes investimentos sejam finalizados.

O prazo da concessão e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a União, representada pela ANTT, têm seu término previsto para o ano de 2044. Em 31 de dezembro de 2015, o valor incorrido em investimentos nos ativos da Companhia alcançou R\$ 1.174.079.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e fornecedores.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	3.044	611
Aplicação financeira (a)	8.748	277.228
Créditos a receber (b)	<u>28.022</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>39.814</u>	<u>277.839</u>
Passivos		
Fornecedores (b)	69.789	35.066
Partes relacionadas (b)	15.621	873
Empréstimos e financiamentos (b)	780.783	521.895
Outras contas a pagar (b)	<u>5.542</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>871.735</u>	<u>557.834</u>

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.044	-	3.044	-
Aplicações financeiras	<u>8.748</u>	<u>-</u>	<u>8.748</u>	<u>-</u>
Total	<u>11.792</u>	<u>-</u>	<u>11.792</u>	<u>-</u>
<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Caixa e equivalentes de caixa	611	-	611	-
Aplicações financeiras	<u>277.228</u>	<u>-</u>	<u>277.228</u>	<u>-</u>
Total	<u>277.839</u>	<u>-</u>	<u>277.839</u>	<u>-</u>

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação da CDI, IPCA e SELIC.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas anuais consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	13,88%	10,41%	6,94%
TJLP (% ao ano)	7,25%	9,06%	10,88%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2015, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	DI	8.748	1.214	911	607
Passivos financeiros					
Empréstimo e financiamentos (*)	TJLP	780.783	55.902	69.858	83.853

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava condições financeiras suficientes para garantir o início das suas operações. Naquela data, a Companhia não havia iniciado sua arrecadação por pedágio, mas apresentava índices de liquidez positivos, em que se destaca o índice de liquidez corrente.

Em 31 de dezembro de 2015, dado a aproximação da data de vencimento do empréstimo PONTE obtido junto ao BNDES, e consequente classificação contábil do total da dívida em seu passivo circulante, o índice de liquidez nessa data está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (*)	780.783	521.895
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira	<u>(11.792)</u>	<u>(277.839)</u>
Dívida líquida	<u>768.991</u>	<u>244.056</u>
Patrimônio líquido (**)	<u>320.939</u>	<u>293.496</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1.089.930</u>	<u>537.552</u>

(*) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

(**) O patrimônio líquido inclui todo o capital social, gerenciado como capital e AFAC.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no período de 2014. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015.

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através das contas garantidas e empréstimos e financiamentos.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	953.766	3.528	3.229	5.169	965.692
Fornecedores	63.151	1.535	1.535	3.568	69.789

21. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para recuperação da infraestrutura, que compreende os gastos previstos para deixá-la em condições normais de operação antes de devolvê-la ao Poder Concedente, a partir do momento que o ativo construído se torna operacional e com base na melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$320 a título de provisão para manutenção.

A taxa para cálculo do valor presente para os projetos com início previsto até 31 de dezembro de 2015 é de 14,25% a.a.

A estimativa da Companhia quanto ao prazo de desembolso dos valores provisionados, até a data base destas demonstrações financeiras é de 08 anos, que considera o volume de tráfego nos trechos já duplicados e seu consequente desgaste.

22. PROVISÃO AMBIENTAL

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do Licenciamento Ambiental.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu R\$4.562 (R\$250 no passivo circulante e R\$4.312 no passivo não circulante), trazido a valor presente, a título de provisão ambiental.

De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), a Companhia estima que os recursos relacionados ao projeto serão despendidos a partir do mês de fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para dezembro de 2022.

23. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício de 2015, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	51.585	22.548
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	57.098	12.026
Custo de captação sem desembolso	18.762	1.966

24. CONTRATO DE CONCESSÃO

O objeto da concessão compreende a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelos trechos rodoviários da BR-040 sob concessão da VIA 040, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivo de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de artes especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão (“Sistema Rodoviário”), em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão firmado pela Companhia junto à União Federal (“Poder Concedente”) por intermédio da ANTT.

O referido contrato possui prazo de duração de 30 anos contados a partir de 22 de abril de 2014, podendo ser renovado por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente.

Encerrado o prazo de concessão, serão revertidos à União todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão.

Este contrato possui cláusulas que restringem a alienação e aquisição dos bens da concessão.

Como parte do Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota Explicativa nº19.

O primeiro reajuste contratual da Companhia ocorreu 21 de julho de 2015, data do início da cobrança de pedágio. A data-base para os reajustes seguintes será a data do primeiro reajuste, de forma que nos anos posteriores os reajustes da tarifa serão realizados sempre no mesmo dia e mês em que for realizado o primeiro reajuste, ao longo de cada ano do período sob concessão.

O Contrato de Concessão prevê que seja garantido à Companhia a possibilidade de requerer reequilíbrio contratual, quando necessário, para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Em contrapartida, também rege que a Companhia está sujeita a penalidades caso descumpra as obrigações firmadas junto ao Poder Concedente.

Concessionária BR-040 S.A.

A tarifa de pedágio será reajustada para incorporar a variação do IPCA com base em fórmula que considera fatores de desempenho relacionados ao Contrato de Concessão.

25. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$536.386 (R\$512.431 em 31 de dezembro de 2014) e como margem de construção, o montante de R\$5.310 (R\$5.074 em 31 de dezembro de 2014).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.128.378 (R\$531.479 em 31 de dezembro de 2014), incluindo R\$5.046 (R\$2.883 em 31 de dezembro de 2014) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recebimento de parcelas do empréstimo BNDES PONTE

Em 25 e 27 de janeiro de 2016, a Companhia recebeu R\$160.479, referentes a liberações oriundas do empréstimo PONTE contratado junto ao BNDES. Esses valores foram segregados em dois créditos de R\$83.085 e R\$77.394 respectivamente

b) Autorização da integralização do AFAC

Em 02 de janeiro de 2016, a INVEPAR autorizou a integralização ao capital social da Companhia do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) no prazo de 12 meses. A Administração aguarda os preceitos legais para realizar esta integralização ao capital social da Companhia.

c) Postergação de vencimento, empréstimo PONTE

O empréstimo PONTE com o BNDES que originalmente vencia em 15 de março de 2016 teve sua data de vencimento postergada para 15 de maio de 2016, conforme negociado com BNDES

d) Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Em 18 de março de 2016, foi deferido o pedido de registro da Companhia na Categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a partir de quando passou a ser qualificada como companhia de capital aberto. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente

ADMINISTRAÇÃO

Túlio Toledo Abi Saber
Diretor-Presidente

Responsável Técnico

Pascoal Cunha Gomes
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

Magno Silva de Moraes
Contador - CRC RJ- 108.830/O-4



01 – Comunicado aos acionistas

A Administração da Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado do relatório de opinião dos auditores independentes.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados em relação ao período de 11 meses e 01 dia, contado a partir de 31 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

02 – Apresentação

A VIA 040 é a segunda maior concessão rodoviária do país, sendo o principal eixo de ligação entre o Centro-Oeste Brasileiro e a região Sudeste. O trecho sob concessão compreende 936,8 Km (novecentos e trinta e seis quilômetros e oitocentos metros), dos quais 8,4 Km (oito quilômetros e quatrocentos metros) estão inseridos no Distrito Federal, 157,3 Km (cento e cinquenta e sete quilômetros e trezentos metros) em Goiás e 771,1 Km (setecentos e setenta e um quilômetros e cem metros) em Minas Gerais. Ao longo de sua extensão a rodovia abrange 35 municípios, de Brasília (DF) a Juiz de Fora (MG), sendo estes com forte potencial econômico e turístico, por onde trafegam diversos produtos e serviços com alta representatividade na economia nacional, como minério de ferro, grãos, equipamentos industriais, além de fomentar o turismo das regiões ao seu entorno.

A VIA 040 se estruturou de forma a prestar os melhores serviços aos seus usuários que contarão, durante todo o prazo da concessão, com 21 (vinte e um) postos de atendimentos aos usuários, 06 (seis) postos de pesagem, 12 (doze) postos da Polícia Rodoviária Federal, mais de 1000 (mil) câmeras de monitoramento, além de diversos veículos operacionais que suportam a Companhia nesta missão. Além destas estruturas, a Companhia possui 11 (onze) praças de pedágio ao longo do trecho concedido, que estão em operação desde julho de 2015.

A Companhia é subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que foi a empresa vencedora do Leilão da Concessão do trecho supracitado.

As operações da Companhia foram iniciadas em 22 de outubro de 2014, sendo prestados diversos serviços de assistência e suporte aos usuários da rodovia.

A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil. O seu portfólio atual é composto de 12 concessões distribuídas nos seus 3 segmentos de atuação. Em 2015, a Invepar, por meio de suas concessões administrava 1.975 quilômetros. As suas concessões são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), Concessionária BR-040 S.A. (“VIA 040”) e Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), em Lima, no Peru, a primeira concessão internacional do grupo. A Invepar opera, em consórcio formado com a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”), a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”), o maior do país, que movimenta cerca de 39 milhões de

passageiros. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a Invepar é signatária do Pacto Global da ONU desde 2010.

Além das doze concessões mencionadas, a Invepar detém outras três empresas:

- PEX S.A. (“PEX” ou “Passe Expresso”), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, com foco concessões do grupo Invepar – LAMSA, CBN, CLN, CRA e CRT – e também na Rota dos Coqueiros (PE), Via Lagos, Ponte Rio- Niterói e Shopping Via Parque.
- MetrôBarra S.A. (“MetrôBarra”), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da MetrôBarra, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido após as condições precedentes serem cumpridas.
- PEX Peru S.A.C. (“PEX Peru”), empresa pré-operacional que prestará serviços de cobrança automática de pedágios na concessionária LAMSAC.

03 – Conjuntura Econômica

A economia nacional encontra-se oficialmente em quadro de recessão econômica, com queda no Produto Interno Bruto (“PIB”) de 3,8% no acumulado de janeiro a dezembro de 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”). Esta queda no PIB corresponde à pior recessão desde 1990, quando houve a queda de 4,3%. Ainda segundo o IBGE a taxa de investimento no ano de 2015 foi de 18,2% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (20,2%). A taxa de poupança foi de 14,4% em 2015 (ante 16,2% no ano anterior).

A inflação oficial, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), em doze meses, alcançou 10,67% em dezembro de 2015, configurando alta de 4,26 pontos percentuais sobre o índice alcançado em dezembro de 2014, segundo o IBGE.

O Comitê de Política Monetária (“COPOM”) elevou a taxa Selic de 11,65% a.a., em 31 de dezembro de 2014, para 14,15% a.a., em 31 de dezembro de 2015. Por sua vez a TJLP, que vinha se mantendo estável em 5%, no ano de 2014, foi aumentada para 7,0% desde outubro de 2015.

Se observou que o ano de 2015 foi marcado, assim como em 2014, por incertezas e grande volatilidade nos mercados internacionais e domésticos, com impactos negativos sobre os indicadores econômicos internos, impactado por inflação em alta e consequente elevação de juros como ferramenta de política monetária.

Observa-se, segundo o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (“IPEA”), que o Brasil, em meio a grave crise política existente, segue na direção de três grandes ajustes macroeconômicos, quais são i) das contas públicas, ii) da inflação, iii) das contas externas.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (“CAGED”), o Brasil registrou, ao longo de 2015 uma perda líquida de 1.542.371 empregos formais.

De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”), o índice ABCR, que é calculado com base no fluxo total pedagiado de 33 concessionárias e é composto, atualmente, pelas informações das praças de 51 concessionárias, registrou queda de 1,8% em 2015, em comparação a 2014. Segundo a ABCR “o resultado anual do Índice reflete exatamente o cenário de 2015: queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na

taxa de desemprego”. Ainda segundo esta associação “na comparação de dezembro/15 com dezembro/14, houve queda de 3,9% no movimento geral, redução de 5,4% no fluxo de pesados e de 3,5% no de leves”.

04 – Destaques do ano

04.1 – Obras de duplicação e ampliação da capacidade

Em atendimento ao Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), anexo ao Contrato de Concessão, em julho de 2015 foram concluídas as obras de duplicação em 56,3 Km do trecho sob concessão, bem como a recuperação do pavimento e sinalização, instalações de defesa metálica e barreiras rígidas. A Companhia também concluiu o escopo dos trabalhos iniciais de recuperação.

Em novembro de 2015, foi dada a sequência para o início da duplicação de seis obras de arte especiais (pontes, viadutos, retornos em níveis, etc.) localizadas no trechos que corta o município de Congonhas (MG). Nesta primeira fase, está sendo licitada a contratação das empresas que executarão as intervenções. Além da duplicação de cinco pontes e viadutos, o conjunto de trabalhos prevê a construção de um novo trevo de acesso para o município supracitado.

Estão em curso as obras de duplicação de mais 13,9 Km, em Minas Gerais e Goiás, trecho vinculado aos trabalhos da primeira fase da ampliação da rodovia e que se somarão aos 56,3 Km já duplicados.

04.2 – Início da arrecadação por pedágio e reajuste tarifário

Tendo cumprido os requisitos iniciais para início da arrecadação por pedágio, no dia 20 de julho de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, a autorização para que a Companhia desse início a cobrança de pedágio nas praças PP1 – Cristalina/ GO, PP2 – Paracatu/ MG, PP3 – Lagoa Grande/MG, PP4 – João Pinheiro/ MG, PP5 – São Gonçalo do Abaeté/ MG, PP6 – Felixlândia/ MG, PP7 – Curvelo/ MG, PP8 – Capim Branco/ MG e PP11 – Barbacena/ MG, a partir de dez dias a contar da data supracitada, conforme autorização da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (“ANTT”). Estas praças de pedágio iniciaram suas operações de arrecadação no dia 30 de julho de 2015.

Simultaneamente a autorização de funcionamento das praças de pedágio citadas, foi divulgada a 2ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio, que passou, a partir desta, a vigorar no valor de R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), com vista a recomposição tarifária e aos efeitos da isenção dos eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circularém vazios pela rodovia. A isenção dos eixos suspensos foi regulada pelo Art. 17 da Lei 13.103/2015 - "Lei dos Caminhoneiros".

Em 13 de agosto de 2015, foi publicado, no Diário Oficial da União, a autorização para que a Companhia desse início a cobrança de pedágio nas praças PP9 – Itabirito/ MG e PP10 – Conselheiro Lafaiete/ MG, a partir de dez dias a contar desta data. Desta forma a Companhia passou a operacionalizar todas as suas praças de pedágio, conforme previsto em seu contrato de concessão. Estas praças de pedágio iniciaram suas operações de arrecadação no dia 23 de agosto de 2015.

04.3 – Início das obras de modernização dos postos do Serviço de Atendimento ao Usuário

Em agosto de 2015, a Companhia iniciou as obras de modernização das estruturas definitivas dos postos de atendimento que compõem o Serviço de Atendimento ao Usuário (“SAU”). Vinte e um postos de atendimento definitivos estão sendo modernizados ao longo do trecho sob concessão.

04.4 – Reforma dos postos de pesagem

A Companhia entregou ao poder concedente, em março de 2015, o posto de pesagem instalado em Carandaí/MG (Km 664) e, em novembro de 2015 o posto de pesagem instalado em Ribeirão das Neves/MG (Km 508). Estas duas balanças se somarão aos postos de pesagem a serem instalados nos municípios de Três Marias/MG, Paraopeba/MG, Congonhas/MG e João Pinheiro/MG, sendo este último com previsão de entrega em janeiro de 2016. Os postos de pesagem são operados pela ANTT e mantidos pela Companhia e visam fiscalizar o excesso de peso dos veículos de carga e transporte de passageiros em massa de forma a preservar, pela maior longevidade possível, a qualidade do pavimento do trecho sob concessão.

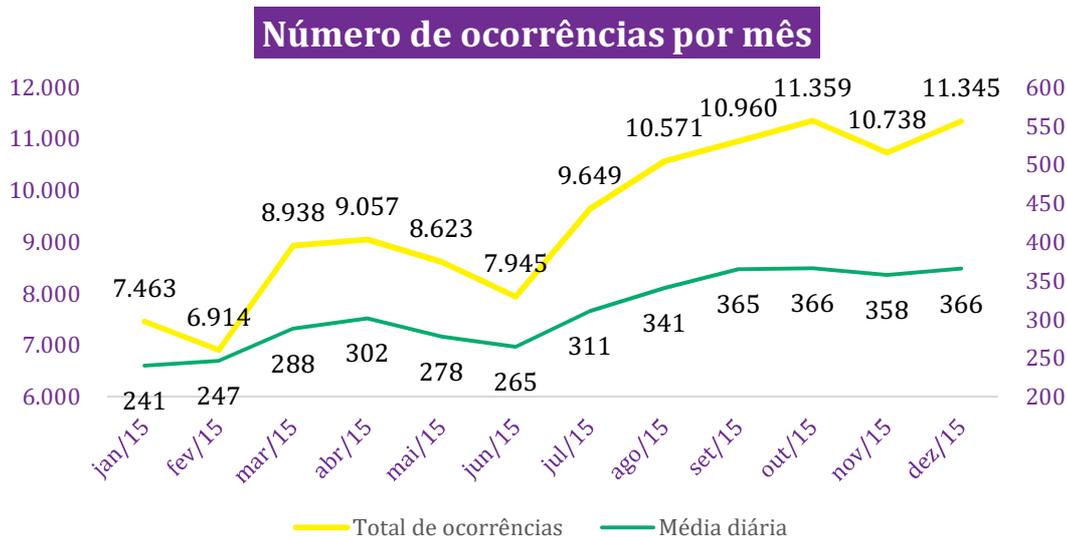
04.5 – Melhora nos indicadores operacionais da rodovia

Para o serviço de operação da rodovia, a Companhia dispunha, em dezembro de 2015, de 627 colaboradores diretos e 364 indiretos dedicados às atividades de operações viárias e pedágio. Estes colaboradores atuam ao longo dos 35 municípios na extensão do trecho sob concessão, prestando atendimento ao usuário ininterruptamente, 24 horas por dia, 7 dias por semana. As equipes estão distribuídas entre os 21 Postos de Atendimento, 11 Praças de Pedágio, 6 Postos de Pesagem e a Sede Administrativa, onde se localiza o Centro de Controle Operacional (“CCO”).

Todo o trecho é coberto com os recursos mais modernos dedicados à operação de rodovias. A frota operacional conta com 24 veículos de inspeção, 6 caminhões pipa, 6 caminhões boiadeiro, 26 guinchos leves, 9 guinchos pesados, 8 ambulâncias tipo UTI, 23 ambulâncias de resgate e 2 motocicletas. A companhia já instalou 10 painéis fixos de mensagens variáveis, entregues em março de 2015, 8 painéis móveis de mensagens variáveis e mais 20 novos radares, e se prepara para a implantação de cerca de 1000 câmeras para o monitoramento mais eficiente da rodovia.

A comunicação entre os veículos da frota operacional é realizada por meio de uma rede de rádio digital, dividida em três trechos que são operados simultaneamente no CCO. A estrutura conta com 18 antenas repetidoras de sinal e a comunicação de dados é feita por 26 antenas, que serão reforçadas pela implantação de rede completa de fibra ótica ao longo de todo o trecho sob concessão.

Desde o início das operações, em 22 de outubro de 2014, até o fim do mês de dezembro de 2015, a Companhia já registrou 126.920 ocorrências, sendo que 26% delas representam ocorrências para atendimento, identificadas pelas equipes de campo, a panes mecânicas de usuários. Além das ocorrências identificadas na pista, muitos foram originados a partir da Central de Atendimento, que reúne o Fale Conosco, a Ouvidoria, o Chat, as Cartas, os Livros de Registro e o 0800, sendo este último o meio de comunicação mais utilizado pelos usuários. Segue a distribuição mensal dos mesmos:



As chamadas e as ocorrências identificadas na pista, supracitadas, resultaram, entre 22 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, em 50.370 sinalizações de ocorrências na pista, visando a manutenção da segurança do usuário na rodovia além de 36.834 veículos guinchados, 7.564 panes solucionadas no local, 6.039 atendimentos em ocorrências envolvendo animais e 1.336 auxílios de combate a incêndios.

A Companhia também realiza a gestão da passagem de cargas especiais na rodovia, sendo consultada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) para a passagem de cargas de dimensões excepcionais. A Companhia já analisou e emitiu parecer, do início da operação até 31 de dezembro de 2015, sobre 3.218 consultas de viabilidade de tráfego de carga especial e já foram programadas 3.505 passagens de conjuntos transportadores de dimensões excepcionais.

Os resultados positivos da atuação da Companhia são evidenciados pelos dados de análise anteriores e posteriores ao início das operações. Entre os dados mais representativos, está a redução da quantidade de acidentes no primeiro ano de operação. Segundo os dados da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar Rodoviária, houve uma redução de 29% dos acidentes quando considerados dados de outubro de 2013 a setembro de 2014 e entre outubro de 2014 e setembro de 2015, conforme gráfico a seguir:

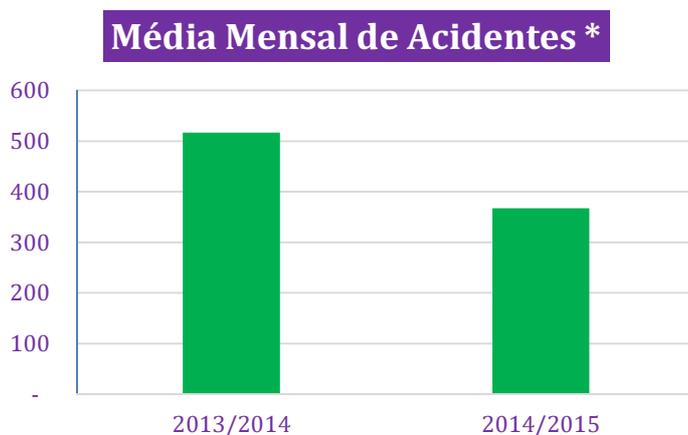


Gráfico 2 - Quantidade de acidentes Fonte: PRF e PMRv

04.6 – Internalização de serviços

Visando manter o alto nível na prestação de seus serviços aos usuários da rodovia, a Companhia passou a executar as atividades de instalação e recuperação da sinalização horizontal no trecho concedido, composta por serviços de pintura mecânica e manual, provisória e definitiva e implantação de tachas e tachões no pavimento. Com o mesmo objetivo, também passou a executar com equipe interna serviços de pequenos reparos no pavimento.

04.7 – Implantação do Laboratório de Solos e Pavimentos

Utilizando os Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (“RDT”), a Companhia implementou, em parceria com a ANTT, o Laboratório de Solos e Pavimentos, que permitirá maior compreensão do desempenho dos pavimentos existentes no trecho sob concessão, possibilitando a calibração do Programa HDM-4, do DNIT. Este programa permitirá a elaboração de avaliações mais consistentes da condição do pavimento, aumentando a confiabilidade das informações monitoradas.

04.8 – Início da operação de caminhão “vassoura”

Foi iniciada a operação do caminhão “vassoura” na região das mineradoras entre Nova Lima/MG e Conselheiro Lafaiete/MG (Km 544 ao Km 628). A máquina tem capacidade de limpar três quilômetros de pista por hora. O sistema de varrição trabalha em conjunto com uma bomba de sucção, que envia o material ao tanque de armazenamento do veículo. O descarte dos resíduos é realizado em áreas apropriadas dos municípios de Itabirito/MG e Conselheiro Lafaiete/MG.

05 – Desempenho Econômico-Financeiro

05.1 – Desempenho Operacional

Desempenho Operacional (mil)	31/12/2015
VEPs*	29.255
Veículos Leves	9.021
Veículos Pesados	20.234
Tráfego**	14.427
Veículos Leves	9.118
Veículos Pesados	4.891
Veículos Isentos	418

*Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos cobrado de cada veículo.

** Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia.

As praças de pedágio da Companhia registraram, desde o início da arrecadação de pedágio em 30 de julho de 2015, 29,2 milhões de veículos equivalentes pagantes (“VEPs”) em 2015, sendo destes, 9 milhões de veículos leves (31%) e 20,2 milhões de veículos pesados (69%).

O mês de outubro registrou um volume de VEPs 9% superior à média calculada de 2015, totalizando 6,4 milhões.

Em 2015 os isentos representaram 1,7% sobre o total de VEPs.

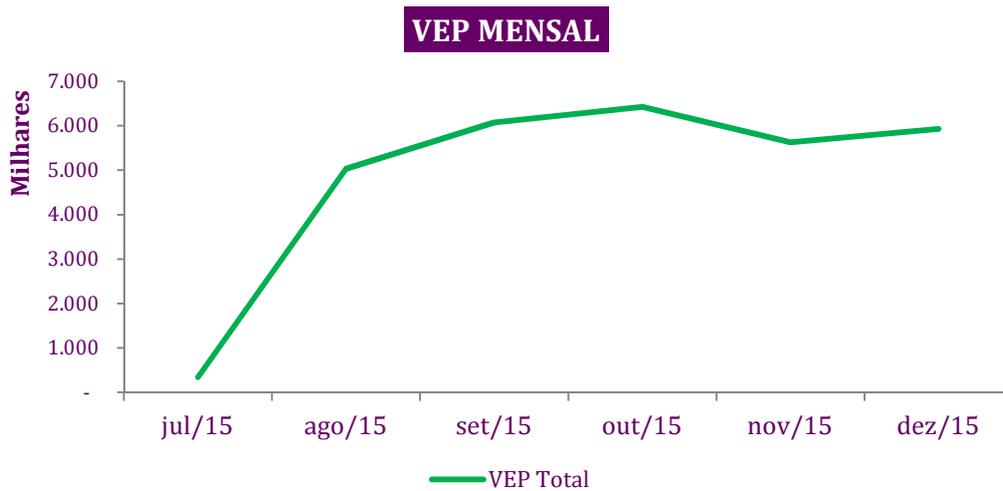


Gráfico 3 – VEP Mensal Fonte: Sistema Interno

Desde o início da arrecadação, a Companhia registrou a seguinte evolução de VEPs e Tráfego.

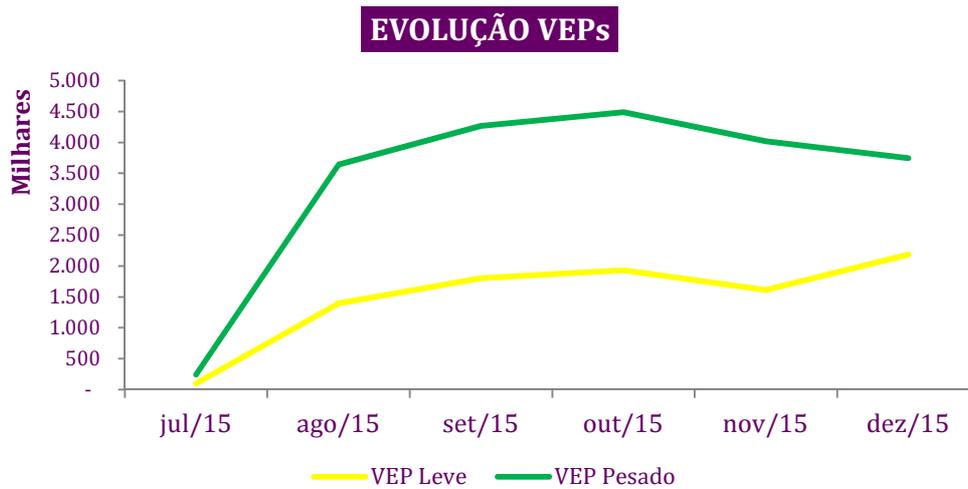


Gráfico 4 – Evolução VEP/Mês: Sistema Interno

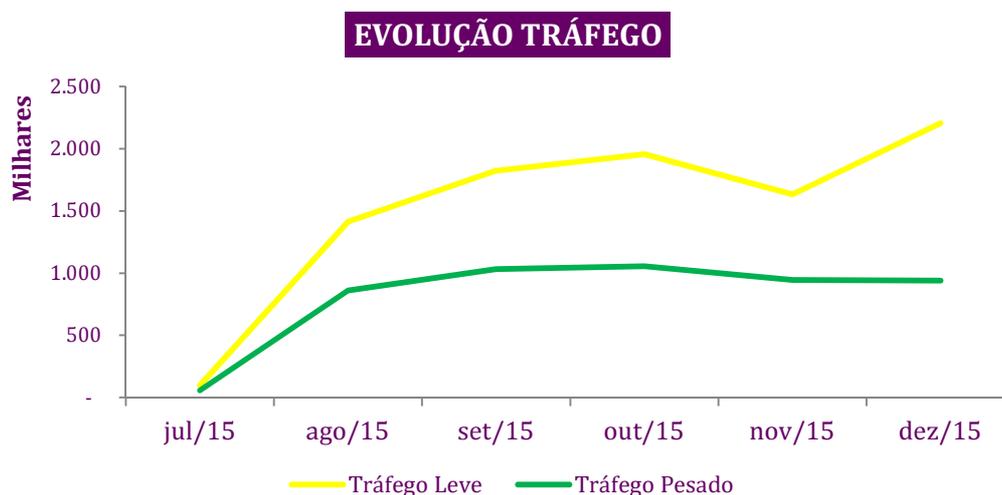


Gráfico 5 – Evolução Tráfego/Mês: Sistema Interno

A Companhia iniciou sua arrecadação de pedágio em 30 de julho de 2015, motivo pelo qual não estão sendo apresentados dados comparativos em relação ao exercício de 2014.

05.2 – Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Receita Bruta	683.603	512.431	33%
Receita com pedágio	136.867	-	100%
Receitas Extraordinárias	10.350	-	100%
Receita de construção	536.386	512.431	5%
Receita Bruta Ajustada*	147.217	-	100%
Deduções da Receita Bruta	(12.586)	-	100%
Receita líquida ajustada*	134.631	-	100%

* Desconsidera os impactos em relação à Receita de Construção

05.2.1 – Receita de construção

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou R\$ 683,6 milhões de receita bruta. Deste total, R\$ 536,4 milhões são referentes à receita de construção, que se apresentou 5% superior ao mesmo período de 2014. A pequena variação deve-se ao fato de a Companhia ter finalizado, em julho de 2015, as obras necessárias para obter a homologação do seu processo de arrecadação de pedágio, conforme previsto no PER, e ter iniciado o complemento da obra de duplicação, em um trecho de 13,9 Km. Esta parcela de obras foi realizada conforme enquadramento da Companhia nas Portarias 288 (Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Transportes) e 289 (Ministério do Meio Ambiente), que permite obras de ampliação com limitações. A Companhia aguarda a liberação da Licença de Instalação, a ser concedida pelo IBAMA, cuja responsabilidade contratual de obtenção é do Poder Concedente, para dar continuidade às obras de expansão e melhorias previstas no PER.

05.2.2 – Receita de pedágio

Em 30 de julho de 2015, 9 das 11 praças de pedágio previstas no contrato de concessão, iniciaram suas atividades de arrecadação e em 23 de agosto as 2 praças restantes começaram a operar, sendo cobrada, em todas as praças de pedágio da Companhia, a Tarifa Básica Reajustada de R\$ 4,60.

05.2.3 – Receita extraordinária

A Companhia envidou esforços no sentido de regularizar e incorporar, como receita extraordinária, Contratos de Permissão de Uso, previamente firmados com o DNIT, referentes a ocupações ao longo da faixa de domínio da rodovia, conforme prevê o contrato de concessão. Em 2015, a Companhia reconheceu receitas advindas da ocupação de 04 clientes considerando a parcela retroativa devida desde início do período da concessão.

Para efeito de análise, a receita líquida ajustada não contempla os impactos da receita de construção e demonstra apenas a receita obtida na arrecadação de pedágio e receitas extraordinárias, conforme previsto no contrato de concessão.

05.3 – Receita Líquida Ajustada

Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Receita líquida ajustada*	134.631	-	100%
Receita líquida com pedágio	125.679	-	100%
Receitas Extraordinárias Líquidas	8.952	-	100%

* Desconsidera os impactos em relação à Receita de Construção

A receita líquida ajustada, que desconsidera os impactos da Receita de Construção, foi representada em 93,4% pela receita com pedágio. Não há dados comparativos ao exercício de 2014, dado ao fato do início da arrecadação da Companhia ter iniciado em 30 de julho de 2015, bem como as receitas extraordinárias terem sido autorizadas pela ANTT ao longo de 2015.

05.4 – Custos e despesas ajustado

Custos e despesas ajustado (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Custos e Despesas	(706.058)	(561.850)	26%
Pessoas e encargos	(50.419)	(16.936)	198%
Conservação e manutenção	(31.463)	(932)	3.276%
Seguros e Garantias	(4.152)	(2.693)	54%
Operacionais	(49.543)	-	100%
Despesas Administrativas	(22.962)	(32.708)	-30%
Provisão para Manutenção	(320)	-	100%
Depreciação e amortização	(16.123)	(1.224)	1.217%
Custo de construção	(531.076)	(507.357)	5%
Custos e Despesas ajustado*	(174.662)	(54.493)	221%

* Desconsidera os impactos em relação ao Custo de Construção e Provisão para Manutenção

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou R\$ 174,7 milhões de custos e despesas ajustado, que desconsidera os impactos do custo de construção e da provisão para manutenção, e que representa um aumento de 221% em relação ao apurado no mesmo período em 2014. Isto advém, principalmente, do fato que

a operação da Companhia iniciou-se em 22 de outubro de 2014, portanto, não havendo impacto, em todos os meses, no resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

O incremento no custo com pessoal está relacionado ao aumento no quadro de pessoal da Companhia que se estruturou ao longo de 2014 e 2015 para prestar os serviços conforme padrões de qualidade exigidos pelo contrato de concessão. Dado a entrada em operação das praças de pedágio e o processo de internalização de parte de atividades contratadas junto a terceiros em 2014, o quadro funcional da Companhia alcançou 1.018 colaboradores próprios em 31 de dezembro de 2015 (477 em 31 de dezembro de 2014). Em março de 2015, houve a correção dos salários dos colaboradores por meio de dissídio coletivo de 6%.

O aumento de 3.276% nos gastos com Conservação e Manutenção está relacionado, d'entre outros, ao aumento no volume destas atividades, que envolveram novas frentes de trabalho, como recuperação de pavimentos, sinalização horizontal e vertical e instalações e recuperação de defensas metálicas. Deve-se considerar também que, até 31 de dezembro de 2014, estas frentes de manutenção e conservação estavam sendo capitalizadas ao ativo intangível da Companhia, dado o escopo de trabalhos iniciais exigidos pelo PER.

A variação positiva de 1.217% na depreciação e amortização deu-se pelo maior volume de investimento e também pela entrada em operação de parte do ativo intangível que está sendo construído pela Companhia.

Para efeito de análise, os custos e despesas ajustado não contemplam os impactos do Custo de Construção e da Provisão de Manutenção e demonstra apenas os custos e despesas necessárias para geração da receita de arrecadação de pedágio e receitas extraordinárias, conforme previsto no contrato de concessão.

05.5 – EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Prejuízo do Período	(55.057)	(21.504)	156%
(-/+) IR e CS	1.746	(11.025)	-116%
(+) Despesas Financeiras	21.463	496	4227%
(-) Receitas Financeiras	(3.194)	(17.386)	-82%
(+) Depreciação e Amortização	16.123	1.224	1217%
EBITDA	(18.919)	(48.195)	-61%
Margem EBITDA (a)	-2,8%	-9,4%	6,6 p.p.
Ajustes	(4.740)	(5.074)	-7%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(536.386)	(512.431)	5%
(+) Custo de Construção (IFRS)	531.076	507.357	5%
(+) Provisão de Manutenção	570	-	100%
EBITDA Ajustado(b)	(23.659)	(53.269)	-56%
Margem EBITDA Ajustado (b)	-16,1%	-	-16.1 p.p.

(a) EBITIDA / Receita Bruta

(b) Desconsidera os impactos relacionados à margem de construção

A Margem EBITDA da Companhia, apresentou acréscimo de 6,6 pontos percentuais se comparado ao período de 11 meses e 01 dia findo em 31 de dezembro de 2014, dado o aumento nos custos e despesas operacionais, decréscimo do resultado financeiro, motivado, principalmente, pela redução do volume de numerário mantido em aplicações financeiras e em especial pelo reconhecimento das receitas de pedágio e extraordinárias em 2015. O EBITDA ajustado apresentou uma variação de 16,1 pontos percentuais negativos uma vez que, no período de 11 meses e 01 dia findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não havia iniciado sua arrecadação de pedágio, tendo registrado somente receita de construção, expurgada desta análise.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA é divulgado pela Companhia como medição não-contábil de seu desempenho e é calculado utilizando-se o lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social com o acréscimo da participação minoritária, do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos das receitas (despesas) financeiras líquidas, depreciação e amortização. A Companhia utiliza também o EBITDA Ajustado que exclui a margem de construção (diferença entre a receita de construção e o custo de construção) e a provisão para manutenção.

A Companhia esclarece que o EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil e pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicadores do desempenho operacional da Companhia ou substitutos para o fluxo de caixa como indicadores de liquidez.

O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. Para dirimir a falta de padronização do EBITDA a Companhia utiliza como base para o seu cálculo a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), que versa sobre essa medida em seu art. 3º, inciso I.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

O EBITDA Ajustado é indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. A Companhia acredita que o EBITDA é informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

A Companhia utiliza o EBITDA como medida gerencial de desempenho por demonstrar aproximação com a geração de caixa da sua atividade econômica, que é de longo prazo, motivo pelo qual entende ser importante a sua inclusão neste Relatório de Administração. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA seja uma medida prática para aferir a geração de caixa e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. A margem EBITDA visa demonstrar, aproximadamente, quanto foi gerado de caixa para cada R\$ 1,00 de receita líquida da Companhia, levando em conta os custos e despesas da operação, e antes dos efeitos do custo da dívida e dos custos tributários. A margem EBITDA Ajustada considera o EBITDA ajustado sobre a receita líquida (sem a receita de construção) da Companhia. Por isso, sua comparabilidade com outras companhias do mesmo segmento é tão importante, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira distinta.

05.5 – RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Resultado Financeiro	(18.250)	16.890	-208%
Receitas Financeiras	3.194	17.386	-82%
Juros sobre aplicações financeiras	2.602	17.384	-85%
Varição monetária e cambial	571	-	100%
Outras	21	2	950%
Despesas Financeiras	(21.444)	(496)	4223%
Comissões e despesas bancárias	(16.422)	(58)	28214%
Juros sobre financiamentos	(4.975)	(343)	1350%
Varição cambial passiva	(47)	-	100%
Outras	-	(95)	-100%
Resultado Financeiro Capitalizado*	(57.114)	(12.026)	375%
Resultado Financeiro Ajustado*	(75.364)	4.864	-1649%

* Considera os efeitos de apropriação ao ativo intangível dos juros de empréstimos e receita financeiras calculadas sobre rendimentos de aplicação pertinente a saldo recebido de liberação de parcela de empréstimo BNDES PONTE

O resultado financeiro da Companhia foi positivo no período de 11 meses e 01 dia findo em 31 de dezembro de 2014 dado o alto volume de capital recebido de seu acionista Invepar (R\$ 315 milhões) e também do volume de financiamentos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (R\$ 512 milhões), que foram aplicados em investimentos na infraestrutura rodoviária, conforme definido no Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio da ANTT.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia manteve seu patamar de dispêndios com investimentos em obras provenientes do PER, mas aumentou seus custos e despesas ajustado, que desconsidera o impacto do custo de construção, em 221%, sem receber a contrapartida em liberações de aportes de capital (R\$ 80 milhões em 2015) e de liberações do empréstimo ponte, que foram 40% inferiores ao liberado ao longo de 2014. O aumento significativo nos custos e despesas exigiu maior consumo dos recursos disponíveis em caixa. Outro fator preponderante frente ao aumento das despesas financeiras foi o aumento significativo da TJLP, taxa a qual o empréstimo BNDES Ponte é indexado. Estes fatores justificam o decréscimo de 523% no resultado financeiro ajustado.

05.6 – Resultado do Exercício

Resultado (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Prejuízo do Exercício	(55.057)	(21.504)	156%

O prejuízo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi 156% superior àquele apurado em 31 de dezembro de 2014, dado que o custo operacional incorreu pelo período de 02 meses e 09 dias em 2014, considerando que o início desta atividade foi em 22 de outubro de 2014 e, em 2015, houve o reconhecimento ao longo de todo o exercício de 2015. Outro fator preponderante é que, apesar de a Companhia ter iniciado sua arrecadação por pedágio em 30 de julho de 2015, esta arrecadação não foi suficiente para cobrir os custos operacionais e as despesas incorridas no exercício, uma vez que o período de sua geração não abrangeu todo o exercício social de 2015.

05.7 – Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Disponibilidades	11.792	277.839	-96%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.044	611	398%
Aplicações Financeiras	8.748	277.228	-97%
Dívida Bruta	780.783	521.895	50%
Curto Prazo	771.062	1.290	59.672%
Empréstimos e Financiamentos	771.062	1.290	59.672%
Longo Prazo	9.721	520.605	-98%
Empréstimos e Financiamentos	9.721	520.605	-98%

A Companhia encerrou em 31 de dezembro de 2015 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras, no total de R\$ 11,8 milhões, o que representa uma redução de 96% se comparado a 31 de dezembro de 2014. Esta redução está relacionada, principalmente, ao maior volume de pagamentos pertinentes aos custos e despesas administrativos, menor recebimento de recursos do acionista e também liberados pelo BNDES e também pela manutenção das atividades de investimentos, em 2015, para atender aos requisitos do PER. O maior volume de custos e despesas ao longo de 2015 está relacionado ao menor espaço de tempo de reconhecimento dos custos operacionais da Companhia em 2014, dado o início deste marco contratual em 22 de outubro de 2015.

A dívida bruta da Companhia atingiu o montante de R\$ 780,8 milhões, advinda principalmente do empréstimo BNDES Ponte, que será liquidado em prestação única, vencendo-se integralmente (principal acrescido de encargos financeiros) no dia 15 de maio de 2016, dado a postergação da data original de vencimento de 15 de março de 2016, conforme firmado com o BNDES, e também pelo financiamento de parte da frota veicular da Companhia, por intermédio da Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"). A reclassificação da dívida para o passivo circulante é fundamentada, principalmente na data de vencimento do empréstimo BNDES Ponte. A Administração da VIA 040 e da INVEPAR têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

05.8 – Investimentos

Investimentos (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2014	V H %
Investimento Total	1.069.726	521.297	105%
Imobilizado	41.588	28.519	46%
Intangível	1.132.491	534.392	112%
Softwares e outros	4.113	2.913	41%
Direitos da Concessão	1.128.378	531.479	112%
(-) Transação não caixa	(99.043)	(36.540)	171%
(-) Margem de construção	(5.310)	(5.074)	5%

No período em comparação, houve um aumento de 105% no saldo acumulado de investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$ 1.069,7 milhões até 31 de dezembro de 2015, destinados principalmente à execução de obras de melhorias no sistema rodoviário sob concessão, conforme previsto no contrato de concessão. Ao longo de 2015 a Companhia apurou R\$ 548,4 milhões nas suas rubricas de investimento, volume 5,2% superior ao apurado em 31 de dezembro de 2014.

06 – Gestão Estratégica

06.1 - Gestão de Comunicação Estratégica

A Companhia adota a premissa de comunicação integrada para suas atividades, a qual engloba todo o escopo ligado ao tema de forma a realizar um trabalho de gestão da comunicação com visão 360 graus, capaz de atuar nas frentes de comunicação interna, comunicação externa, relacionamento com comunidades e relacionamento com o usuário. Os objetivos estratégicos trabalhados em 2015 nortearam as ações implementadas visando:

- Fortalecer a imagem e a reputação da VIA 040 junto aos *stakeholders*, contribuindo para a formação de uma imagem positiva da empresa.
- Construir, disseminar e fortalecer a identidade corporativa, o senso de pertencimento e o posicionamento estratégico da VIA 040.
- Promover um relacionamento aberto, dialógico e transparente com o nosso usuário.
- Construir e conduzir um relacionamento transparente, próximo, íntegro e ético com as comunidades interceptadas.
- Contribuir para que a VIA 040 seja reconhecida como uma empresa que conecta pessoas, cidades e promove o desenvolvimento.

Para a consecução destes objetivos foram desenvolvidas diversas ações, com destaque para as campanhas educativas direcionadas aos usuários da rodovia. Realizadas em três etapas entre os meses de janeiro a abril de 2015, as campanhas alcançaram milhares de usuários com mensagens sobre comportamento e direção seguros, atenção à legislação de trânsito. Ao todo, foram produzidos e distribuídos 100 mil cartilhas educativas, 65 mil *flyers* e quase 4 mil inserções em rádios.

Outro destaque foi planejamento para o início da arrecadação das 11 praças de pedágio sob concessão da Companhia, realizado entre os meses de julho e agosto de 2015, quando foi implantada uma força de trabalho que englobou todas as atividades de comunicação integrada. O público interno passou a receber a revista “Viva 040”, publicação exclusiva enviada às residências dos mais de 1 mil colaboradores diretos; foram recepcionados 340 novos colaboradores e realizadas ações de comunicação e sensibilização em todas as 35 unidades mantidas pela empresa, alcançando 100% do público interno por diversos meios e formas. A comunicação externa durante esta etapa foi ancorada na produção e distribuição de 1 milhão de *flyers* e 80 mil boletins informativos, d’entre outras ações. Foram enviados *press-kits* para 2.094 jornalistas e contatados 384 veículos de comunicação. Como resultado, foram obtidas 220 inserções jornalísticas sobre o tema apenas nos primeiros três dias de divulgação.

A comunidade foi impactada diretamente por ações que esclareceram sobre a atuação da Companhia, em especial quanto às intervenções realizadas durante o ano, início da arrecadação de pedágio e benefícios gerados. O projeto Saúde & Cidadania, caravana itinerante que ofereceu aos usuários e lindeiros à rodovia testes e orientações relacionados à saúde dos usuários, folhetos informativos, bem como informações sobre a sistemática de arrecadação das tarifas de pedágio, alcançou nove municípios e impactou diretamente aproximadamente 2 mil usuários.

06.2 – Relacionamento com o Usuário

Os canais de relacionamento estruturados pela Companhia são tratados como a principal porta de entrada e relacionamento com o usuário, merecendo especial atenção por parte da administração da Companhia. Ao longo de 2015 foram realizados mais de 203 mil atendimentos a demandas de usuários da Companhia, sendo que o principal canal de comunicação utilizado foi o 0800, responsável por cerca de 95% dos atendimentos. Para suportar a demanda e oferecer atendimento humanizado, a Companhia mantém equipe própria com 18 profissionais que oferecem atendimento 24 horas, 7 dias por semana. Entre os destaques para as demandas recebidas em 2015, estão as solicitações de informações diversas, que somam quase 64 mil atendimentos, seguidas do atendimento a ocorrências em pista, com mais de 33,5 mil registros.

06.3 – Responsabilidade Socioambiental

Desde a assinatura do contrato de concessão, em 22 de abril de 2014, a Companhia vem se estruturando para garantir o atendimento de todas as premissas contratuais previstas no PER, sejam elas relacionadas à operação, manutenção, meio ambiente e atuação social.

No que se refere ao desenvolvimento, promoção, articulação e envolvimento com os *stakeholders* ao longo dos 936,8 Km da rodovia, a Companhia possui quatro áreas correlacionadas que garantem sua atuação, são elas: Coordenação de Faixa de Domínio, Coordenação de Meio Ambiente, Coordenação Socioambiental e Gerência de Relações Institucionais.

Em relação à atuação socioambiental, entendemos que é necessário conhecer o território para propor ações que respeitem e estejam relacionadas à cultura de cada município, para que desta forma seja possível promover propostas relacionadas ao desenvolvimento local das áreas diretamente afetadas pelo empreendimento.

Neste sentido, as ações em benefícios sociais, econômicos e regionais realizados pela Companhia até o momento foram diagnósticos, mapeamentos, reuniões com as lideranças comunitárias na área de abrangência da concessão, atendimento às demandas das comunidades, além de ações de relacionamento com públicos específicos.

Associação ao Instituto Ethos – A Companhia é uma empresa associada ao Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Esta associação permite a empresa integrar sua gestão e estratégia focando no desenvolvimento social, econômico e ambientalmente responsável. A previsão é que em 2015 a Companhia preencha os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, ferramenta que irá orientar as áreas no planejamento das ações previstas para o ano.

Associação a Childhood do Brasil – A adesão da Companhia ao “Programa na Mão Certa”, de responsabilidade da Childhood, tem como compromisso engajar nas práticas de responsabilidade social da empresa ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia. Esta parceria insere a Companhia em uma iniciativa de cunho social, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento local dos municípios ao longo do trecho sob concessão, além de engajar a empresa a requisitos como GRI e acordos globais, ISO 8000 e ISO 26000.

Associação Pacto Global - Associada como empresa signatária desde outubro de 2014, a Companhia acredita que fazer parte de uma iniciativa global, com amplo reconhecimento da comunidade empresarial, e sociedade civil organizada é importante tanto para o direcionamento de suas ações quanto para a reputação da marca. A contribuição financeira ao Pacto Global é realizada pela Invepar em nome de todas as empresas e o Relatório Anual da Invepar (GRI) é utilizado como evidência dos avanços dos compromissos das empresas signatárias ao Pacto Global.

Programa Saúde e Cidadania

As atividades desenvolvidas durante a realização do Programa Saúde e Cidadania tiveram como foco a construção de um processo de informação institucional, sistematizado, sobre os serviços e o compromisso da Companhia com os usuários e com as comunidades localizadas ao longo da rodovia.

Oito municípios foram contemplados pela ação, que levou aos usuários da BR-040 e comunidades localizadas no eixo da rodovia uma carreta especialmente equipada para a realização de exames preventivos, como medição da pressão arterial, glicemia (concentração de glicose no sangue) e cálculo do índice de massa corporal (“IMC”). Todas as análises foram oferecidas gratuitamente. Ao todo, foram necessários 30 dias para a conclusão das ações, as atividades tiveram início no dia 21 de julho de 2015, no município de Cristalina/GO e o encerramento aconteceu em Juiz de Fora/MG.

Além da realização de testes e orientações relacionados à saúde dos usuários foram entregues brindes institucionais, folhetos informativos sobre a concessão.

Ao final, 1.959 pessoas, entre usuários e moradores das comunidades localizadas ao longo da rodovia foram contempladas pelas ações do Programa Saúde e Cidadania.

Estudo de Socioeconomia do Plano de Gestão Social para condução dos processos de Deslocamento de Atividades Econômicas, Reassentamento Involuntário de Populações e Indenizações.

De acordo com o PER, a Companhia deverá entregar à ANTT, até o final do 24º mês de Concessão, um Plano de Gestão Social (“PGS”), documento que conduzirá os processos de deslocamento de atividade econômica, reassentamento involuntário da população e indenizações resultantes da implementação do empreendimento, de modo a garantir que as condições de vida das Pessoas Afetadas pelo Projeto (“PAPs”) não fiquem piores do que eram quando do início do projeto.

Nesse sentido, foi contratada uma consultoria especialmente para a condução desse trabalho. A empresa escolhida pelo processo de contratação da Companhia, foi o Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais Herkenhoff & Prates, que desenvolveu o Estudo de Socioeconomia do Plano de Gestão Social da área diretamente afetada ao longo do trecho sob concessão.

Além disso, são objetivos específicos do trabalho:

- Reconhecer, identificar e cadastrar a população, os imóveis, as atividades econômicas e as benfeitorias existentes na área diretamente afetada pelo Projeto.
- Caracterizar a população local, contemplando aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais de cada grupo.
- Apresentar a estrutura domiciliar e comercial das comunidades, com percepções sobre o padrão das residências e da utilização das propriedades, bem como das atividades desenvolvidas.
- Definir o grau de vulnerabilidade da população diretamente afetada pelo Projeto a partir da utilização de metodologias multidimensionais adequadas à realidade do público investigado.

O trabalho contemplou a coleta de dados de 4.947 edificações ao longo de toda a área diretamente afetada pelo empreendimento. Entre os 35 municípios que compõem o trecho pesquisado, apenas Ressaquinha, Alfredo Vasconcelos, Santos Dumont e Ewbank da Câmara, todos localizados no estado de Minas Gerais, não foram pesquisados nesse primeiro momento, uma vez que o Estudo de Impacto Ambiental indicava a realização de estudos para construção de contornos nesses municípios, devendo ser alvo de coleta de dados futura. As informações pesquisadas tiveram como objetivo fornecer medidas objetivas acerca das condições de vida e situação de vulnerabilidade socioeconômica da população pesquisada, notadamente por meio da construção de indicadores multidimensionais.

No que se refere ao desenvolvimento de programas Sociais, Educacionais e Ambientais é importante ressaltar que os mesmos estão vinculados à emissão das Licenças de Operação e Licença de Instalação de Ampliação da Capacidade pelo IBAMA e conseqüentemente, da aprovação dos programas que serão elaborados para atendimento das condicionantes. O processo de licenciamento encontra-se em fase de análise pelos órgãos responsáveis sendo que a Licença de Operação foi protocolada no IBAMA em outubro de 2014.

Nesse sentido, cabe ressaltar que até o presente momento as ações desenvolvidas foram realizadas voluntariamente pela Companhia visando manter o relacionamento social ativo e permanentemente aberto ao diálogo social.

A Companhia vem atuando junto às comunidades na implantação do processo permanente do diálogo social, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da sua imagem junto aos diversos *stakeholders* e para o desenvolvimento local dessas comunidades, por meio de um relacionamento que contribua para a transformação social positiva, tendo por base o diálogo e o compartilhamento das informações de forma sistemática e transparente.

06.4 – Procedimentos de segurança na frota operacional e redução dos índices de emissão de poluentes

Considerando a atual conjuntura econômica do país, onde se faz necessário a manutenção da competitividade e a evolução dos controle e ganhos econômicos, foi adotada uma iniciativa de testes práticos de consumo de combustível nos veículos da frota da Companhia.

Em janeiro de 2015 foi realizada a padronização dos veículos bem como a parametrização sistêmica na gestão de abastecimento. Com as equipes já treinadas no procedimento de abastecimento da frota, limitamos a velocidade dos veículos conforme atividade, de forma a manter e valorizar a segurança do colaborador.

Algumas destas ações foram:

Controle de:

- Velocidade máxima excedida
- Controle de velocidade por rastreador
- Informativos com os excessos no momento ocorrido

Monitoração de:

- Tempo máximo de motor ligado sem movimento
- Informativos com as ocorrências
- Treinamento das equipes operacionais no processo de atendimento
- Utilização fora do horário comercial
- Tempo máximo ocioso

Como fruto deste trabalho foi calculada uma redução, em média, de R\$ 40 mil/mês nos dispêndios com combustível, desconsiderando os ganhos em manutenção, como por exemplo, aumento da vida útil de pneus, pastilhas e outros componentes a serem mensurados futuramente, diminuindo assim a quantidade de resíduos gerados pela nossa atividade.

Visando uma redução econômica no consumo de combustível, sem impactar a operação da Companhia, foi identificado a possibilidade de ganho com a alteração do combustível dos veículos flex para etanol. Como resultado desta ação houve a redução média no custo de R\$ por Km rodado em R\$ 0,03 que culminou em uma economia mensal entre R\$ 25 mil/mês à 30 mil/mês, além da redução na emissão de CO² na atmosfera.

06.5 – Ética e Transparência

A VIA 040 acredita que a ética é fundamental para o desenvolvimento de seu negócio e o crescimento profissional de seus colaboradores. Por isso, todas as suas ações são baseadas no Código de Ética do Grupo Invepar, que, em 2015, foi objeto de ampla divulgação por via dos canais de comunicação e dos instrumentos contratuais da Companhia.

O Código de Ética do Grupo Invepar orienta a conduta dos seus colaboradores e fornecedores a fim de prevenir a prática de irregularidades, desvios e atos ilícitos, orientando-os a observar, no trato com seus *stakeholders*, os

seguintes valores e princípios gerais: Pessoas e Equipes, Honestidade, Responsabilidade Socioambiental, Empreendedorismo, Comprometimento, Respeito e Inovação.

Como mecanismo de controle, o Grupo Invepar mantém ativo canal de denúncias gerenciado por empresa externa e especializada, com o objetivo de garantir anonimato e eficiência no processamento das denúncias.

06.6 – Governança Corporativa

O Grupo Invepar objetiva, através da Governança Corporativa, estabelecer critérios de controle e padronização de procedimentos nas suas Companhias, reduzindo, assim, riscos de fraude, abusos de poder ou conflitos de interesse em qualquer esfera da organização.

Em linha com os objetivos do Grupo, a VIA 040 busca o alinhamento de suas atividades e processos decisórios às melhores práticas de Governança Corporativa, estabelecendo uma relação de confiança com todos os *stakeholders* da Companhia e contribuindo para a sustentabilidade do negócio.

Em 2015, a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) pedido de registro de Companhia Aberta, na Categoria B, objetivando agregar valor à marca e viabilizar a negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados, nos limites definidos para a categoria de registro pretendida. A estrutura administrativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, além de Conselho Fiscal com funcionamento não permanente. O Conselho de Administração possui mandato de dois anos, reunindo-se ordinariamente com frequência semanal.

Ademais, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não são ocupados pela mesma pessoa, o que gera maior independência à gestão.

A Companhia adota Políticas Corporativas que agregam valor e garantem um alto padrão de governabilidade, tais como: Código de Ética do Grupo Invepar, Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo Invepar, Política de Compras e Contratações e Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

06.7 – Recursos Humanos

Desenvolver, manter e atrair talentos humanos é o nosso objetivo. Para isso, a Companhia prioriza a contratação de mão-de-obra da região onde está inserida, seja ela própria ou de empresas parceiras, investe em treinamentos, capacitação e desenvolvimento dos seus colaboradores. A Companhia realizou em 2015, 79.170 horas de treinamento com colaboradores próprios e investimos em torno de R\$ 1,5 milhões em treinamentos e programas de RH.

Foram contratadas mais de 500 pessoas ao longo do ano, fechando em 31 de dezembro 2015 com 1.018 colaboradores próprios e 1.800 indiretos. Valorizar o trabalho em equipe e reconhecer internamente seus talentos são premissas da VIA 040 na superação de seus desafios.

07 – Pesquisa e Desenvolvimento

Com o objetivo de aprimorar sua gestão, em 2015 a Companhia trabalhou continuamente no desenvolvimento do seu Sistema de Gestão Integrado (“SGI”) para a certificação nas normas ISO 9.001 (Gestão de Qualidade), ISO 14.001 (Gestão Ambiental) e OHSAS 18.001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional). Com fundamentos na gestão dos processos internos para eficiência operacional e satisfação dos clientes, no respeito ao meio ambiente e na preocupação com a saúde e segurança do trabalhador, o SGI demonstra aderência aos padrões normativos internacionalmente adotados.

Para atendimento ao Contrato de Concessão, em dezembro de 2015 a Companhia se submeteu à primeira etapa de certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, conforme a norma ISO 14.001. Após adequações pontuais, em

janeiro de 2016 o Sistema de Gestão foi submetido à segunda etapa do processo de certificação, recebendo o status de “Aderente”, que credenciou a empresa para a última fase do processo, que culminou com a homologação da Companhia a norma em fevereiro de 2016.

Adicionalmente ao requisito contratual, em consonância com nossas diretrizes estratégicas, a Companhia se esforçou no desenvolvimento dos seus processos internos para que os mesmos fiquem aderentes aos padrões estabelecidos pelas normas ISO 9.001 e OHSAS 18.001.

Para a operacionalização do projeto de implantação do SGI, a Companhia contou com consultoria especializada para apoio aos gestores e com a adoção de ferramenta informatizada para gerenciar eletronicamente seus documentos para todas as atividades executadas e todos os sítios localizados ao longo da rodovia. A Companhia aprimorou sua gestão por processos com base no conjunto de ferramentas do *Business Process Management* (“BPM”), que direciona os esforços internos para o atendimento aos objetivos estratégicos da Companhia e expectativas dos seus *stakeholders*.

08 – Perspectivas

Após concluídos os trabalhos iniciais, a duplicação dos 10% de malha rodoviária e a construção das praças de pedágios, condicionantes para o início da arrecadação, a Companhia concentra seus esforços em atender ao Contrato de Concessão e também manter os elevados padrões no relacionamento com os usuários da rodovia, oferecendo mais comodidade e segurança a todos que trafegam pelo trecho sob concessão.

09 – Considerações Finais

09.1 – Auditoria Independente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu (“Deloitte”). A contratação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras teve início em 03 de outubro de 2014, com término previsto para 31 de março de 2016.

A contratação dos serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras reemitidas, para fins de registro na CVM, teve início em 21 de dezembro de 2014, com término em 18 de janeiro de 2015. O valor global do contrato firmado para auditoria das demonstrações reemitidas, que inclui a revisão sobre as remissões das Informações Financeiras Intermediárias referentes aos períodos de 03, 06 e 09 meses findos, respectivamente, em 31 de março de 2015, 30 de junho de 2015 e 30 de setembro de 2015, foi de R\$ 174.927.

A Companhia também contratou a Deloitte para realizar auditoria sobre as demonstrações financeiras preparadas para fins específicos de obter registro na CVM, nas datas bases de 30 de junho de 2015, 30 de setembro de 2015 e reemissão das demonstrações financeiras sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e informações trimestrais sobre o período de 09 meses findo em 30 de setembro de 2015, com valores de R\$ 254.810, R\$ 174.927 e R\$ 174.297, respectivamente.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria tendo como premissas: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária BR-040 S.A. estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Nossos auditores não nos prestaram qualquer outro serviço além da auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

09.2 – Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Concessionária BR-040 S.A declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de opinião dos auditores externos da Deloitte Touche Tohmatsu e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

09.3 – Agradecimentos

A administração da Concessionária BR-040 S.A. agradece aos seus usuários, acionistas, fornecedores, sociedade, parceiros e instituições financeiras pela confiança depositada e, em especial, aos colaboradores pela dedicação e resultados alcançados.

Nova Lima, 30 de março de 2016
A Administração